



Educação e Ação Social

• • •

Conselho Municipal de Educação

Ata nº 1/2017

----- Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas e trinta e cinco minutos, realizou-se no Salão Nobre da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, uma reunião ordinária do Conselho Municipal da Educação. -----

----- Verificou-se a presença dos seguintes conselheiros: Dr^a Paula Rama, Vereadora da Educação, em substituição do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Emílio Augusto Ferreira Torrão e Presidente do Conselho Municipal de Educação; Eng^o Carlos Lucas, em substituição do Professor Doutor Fernando Jorge dos Ramos, Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho; Dr. António Joaquim, Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho; Dr. Aníbal Carvalho, representante do pessoal docente do ensino secundário; Educadora Paula Marques, representante do pessoal docente da educação pré-escolar; Dr^a Lúcia Silva, representante do pessoal docente do ensino básico; Sr. Augusto Silva, representante da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Montemor; Enfermeiro Artur Simões, representante dos Serviços Públicos de Saúde; Dr^a Sónia Julião, em representação da Dr^a Maria Adelaide Crespo, Diretora do Instituto de Emprego e Ensino Profissional; Sr. Carlos Alves, representante das Juntas de Freguesia do Concelho e Dr. Luís Cantante, representante dos Estabelecimentos de Ensino Privado. -----

----- Estiveram ausentes os seguintes conselheiros: Dr^a Susana Henriques, representante da Direção de Serviços da Região Centro; Dr^a Ângela Frota, representante da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Montemor; Dr^a Teresinha Santos, representante das IPSS's com Valência Educativa; Cabo Edgar Medina, representante das forças de segurança; o representante das Associações de Estudantes Concelhias e Dr^a Júlia Simões, representante da Segurança Social, por ter estado presente numa reunião do Núcleo Executivo da Rede Social, no mesmo dia, à mesma hora. -----

----- A Sr^a Vereadora da Educação, Dr^a Paula Rama iniciou a reunião dando as boas vindas aos conselheiros presentes e desejando a todos um excelente ano de 2017. -----

----- Ponto 1 – Aprovação da ata nº 3/2016. -----

----- Tomou a palavra a Sr^a Vereadora da Educação, Dr^a Paula Rama, colocando à votação dos conselheiros presentes, a ata nº 3/2016, da reunião de 29.06.2016. Desta forma, a mesma foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros que estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- Ponto 2 – Informações. -----



Educação e Ação Social

• • •

----- Relativamente a este ponto a Srª Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, iniciou a sua explanação dando conhecimento das seguintes informações: -----

- **aquisição de mobiliário escolar** – informou os conselheiros que na sequência da decisão concertada entre o Município, o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, a Junta de Freguesia de Arazede e os representantes dos encarregados de educação, e após a devida autorização da DGEstE, foi decidido encaminhar os alunos das Escolas do 1º ciclo de Arazede e Bunhosa para a Escola EB 23 ciclos das Faíscas no presente ano letivo. -----

----- Considerando que o equipamento existente nas referidas escolas estava degradado, não podendo por isso ser utilizado, tornou-se necessário proceder à aquisição de 50 mesas individuais (pernas metálicas azuis e tampo cinza) e 50 cadeiras (azuis) em polipropileno de parede dupla para os alunos do 1.º e 2.º ano, bem como 4 quadros brancos, (2500x1200mm), com montagem incluída. Informou também que a aquisição deste equipamento teve um custo aproximado de 2.421,32€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Seguidamente informou que seria intenção da Câmara Municipal proceder à substituição gradual do mobiliário de outras escolas do 1º ciclo. -----

- **material de desgaste** – informou também que a fim de garantir o bom funcionamento do serviço público de educação, bem como as condições necessárias para o desenvolvimento das áreas curriculares e não curriculares dos estabelecimentos de ensino e à semelhança do ano letivo anterior, o Município adquiriu o material de desgaste/didático destinado aos Jardins de Infância e às escolas do 1.º CEB da rede pública, solicitado por cada um dos estabelecimentos de ensino, necessário para o 1.º período, que perfaz um custo total de 7.460,37€. -----

- **fruta escolar** – relativamente a este assunto, informou que mais uma vez esta Câmara Municipal aderiu ao programa de Fruta Escolar, para o ano letivo 2016/2017. No entanto, esta medida que nos termos da lei, se destina apenas aos alunos do 1º ciclo, foi alargada pelo Município aos alunos inscritos na educação pré-escolar. Mais informou os Srs. Conselheiros que esta medida iria abranger 925 alunos, num total de 1850 peças de fruta, durante 18 semanas e que a despesa inerente seria de 4.462,00€ + IVA à taxa legal em vigor (0,14€/peça de fruta). -----

- **manuals escolares** – a Srª Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, comunicou ainda o seguinte: de acordo com a Nota Informativa nº 2/2016, do Ministério da Educação e Ciência, sobre os Manuais Escolares do 1º Ciclo, “(...) o Orçamento de Estado para 2016 prevê que, no início do ano letivo



Educação e Ação Social

• • •

2016/2017, os manuais escolares são distribuídos gratuitamente a todos os estudantes do 1º ano do 1º ciclo do ensino básico. -----

----- Atento à diferenciação de oportunidades de acesso à educação, o Município de Montemor-o-Velho, no desenvolvimento da sua política de ação social escolar, decidiu apoiar os custos dos manuais escolares dos alunos inscritos no 1.º ciclo do ensino básico, com residência e que estudassem no Concelho (2.º, 3.º, 4.º ano de escolaridade), numa lógica de ação social ativa, no sentido de promover a igualdade de oportunidades e sucesso escolar. -----

----- Neste sentido, na reunião ordinária do Executivo Municipal de 19 de julho de 2016 foi aprovado o apoio financeiro aos agregados familiares para aquisição dos manuais escolares para alunos inscritos no 1.º ciclo do ensino básico (2.º, 3.º e 4.º anos de escolaridade), bem como as normas do procedimento de apoio para os mesmos. -----

----- Verificaram os serviços a entrada de um total de 442 processos que, após uma análise cuidada, foram distribuídos de acordo com o seguinte: 2º ano -149 processos, 3º ano 152 processos e 4º ano 141 processos. -----

----- Dos 442 processos entrados, 437 reuniam condições para atribuição e 5 não reuniam, 1 por não residir no concelho e 4 por não entregarem a fatura. -----

----- Assim e tendo em conta os valores aprovados para efeitos de atribuição deste apoio, num montante global de 30.297,72€, cuja distribuição por ano de escolaridade se discrimina: 2º ano – 7 822,53 €, 3º ano – 10 946,03€ e 4º ano – 11 529,16 €. -----

----- Mais se informa que a grande maioria dos manuais foi adquirida em estabelecimentos concelhios, verificando-se desta forma uma das premissas pretendidas pelo município com esta medida de auxílio, que era apoiar o comércio local. -----

----- Relativamente a esta temática, o Director do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, Dr. António Joaquim, informou que era intenção do Governo de alargar a oferta dos manuais escolares a todos os anos de escolaridade do 1º ciclo. Sugeriu também que, caso a Autarquia quisesse, poderia ajudar nas fichas e cadernos de atividades. Quanto ao reaproveitamento dos livros, considerou que os mesmos não foram projetados para a sua reutilização; que haveria uma avaliação aquando a sua entrega no Agrupamento, no fim de cada ano letivo. -----

- **auxílios económicos** – sobre este assunto, a Srª Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, informou que esta medida, prevista na Lei, se destinou a todos os alunos. Conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 399-A/89, de 28 de dezembro, bem como na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea hh) do



Educação e Ação Social

• • •

n.º1 do artigo 33.º (Competências Materiais), “competete à Câmara Municipal deliberar no domínio da Ação Social Escolar, designadamente no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”. -----

----- Desta forma, para o presente ano letivo (2016/2017) mantiveram-se em vigor as condições de aplicação das medidas de ação social escolar definidas pelo Despacho n.º 8452-A/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 148, de 31 de julho de 2015, sendo que a atribuição dos auxílios económicos estaria assim associada às capitações efetuadas pela Segurança Social, para efeitos de atribuição do abono de família, de acordo com o seguinte: -----

*Escalão A – alunos inseridos no 1.º escalão do abono de família; -----

*Escalão B – alunos inseridos no 2.º escalão do abono de família; -----

----- Verificaram os serviços a entrada de um total de 88 processos de candidatura que foram distribuídos da seguinte forma: -----

*Escalão A – 21 processos -----

*Escalão B – 51 processos -----

*Sem atribuição – 16 processos (por falta de documentação solicitada e/ou por estarem inseridos num escalão superior ao previsto para atribuição dos auxílios económicos). -----

----- Considerando o estipulado no Anexo III, do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, sugeriu-se para o presente ano letivo que os valores de comparticipação do Escalão A e do Escalão B sejam os estipulados, nos termos da legislação supra referida. -----

----- Assim, e considerando que no presente Ano Letivo, os manuais escolares do 2.º, 3.º e 4.º ano, foram comparticipados pelo Município, com exceção dos alunos que não residiam no concelho e que neste caso seriam apoiados pela referida medida, foi aprovado, para quem não foi contemplado com o apoio à aquisição dos manuais escolares, a atribuição dos seguintes montantes para auxílios económicos: -----

----- - Escalão A: 45,80€ para os Livros e material escolar; -----

----- - Escalão B: 22,90€ para os Livros e material escolar; -----

----- Para quem já foi contemplado para os manuais escolares foram aprovados os seguintes valores para o material escolar: -----

----- - Escalão A: 13€ para material escolar; -----

----- - Escalão B: 6,50€ para material escolar; -----



Educação e Ação Social

• • •

----- No entanto, e tendo em consideração a atual conjuntura sócio-económica e a promoção da igualdade de oportunidades, foi entendido pelo Executivo Municipal, num esforço financeiro acrescido para a autarquia, reforçar os valores atrás referidos para o presente ano letivo, em 26,00€/aluno para o Escalão A e 13,00€/aluno para o Escalão B, obviando, assim, os encargos com a educação dos agregados familiares carenciados do concelho, o que iria implicar um reforço financeiro que se traduziria em 1.209,00 €, implicando uma despesa total de 2.420,47€, distribuída da seguinte forma: escalão A – 21 processos, com uma despesa de 969,17 € e escalão B – 51 processos, com uma despesa de 1 451,30 €.-----

----- Informou ainda que quanto ao montante a atribuir ao aluno António Manuel da Silva Monteiro, que frequenta o 3.º ano no Centro Educativo de Montemor-o-Velho, (39,00€) a Câmara Municipal seria a responsável pela aquisição de material escolar de acordo com a listagem elaborada pelo docente do estabelecimento escolar em causa, que posteriormente o faria chegar ao respetivo beneficiário. -----

----- **Ponto 3 – Parque informático dos Jardins de Infância e Escolas do 1º ciclo da rede pública de ensino concelhia.** -----

----- Relativamente a esta temática, a Srª. Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, iniciou a sua explanação informando que a substituição do parque informático era uma reivindicação que mais se fazia ouvir desde que este Executivo tomou posse. Defendeu que as tecnologias tornam o ensino mais apelativo, sendo mais fácil transmitir as matérias às crianças. Assim, ao fim de 3 anos foi possível reformular o parque informático dos jardins de infância e das escolas do 1º ciclo, com a promessa do Sr. Presidente da Câmara Municipal de distribuir um computador por sala, de cada estabelecimento de ensino. Informou ainda que é também intenção da Câmara Municipal, instalar um projetor por jardim de infância. Relativamente às escolas do 1º ciclo, quando não haja quadro interativo na sala, será instalada tela com projetor. O material já se encontrava na Câmara Municipal, esperando que o técnico responsável procedesse à instalação do mesmo. -----

----- O Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, Dr. António Joaquim, congratulou-se com a medida, que iria acabar com as diferenças entre os diversos estabelecimentos de ensino e questionou se o problema da impressão também iria ser resolvido. A Srª Vereadora da Educação, Drª Paula Rama respondeu que iria ser colocada uma multifunções por edifício, ligada em rede. -----



Educação e Ação Social

• • •

----- O Diretor do Agrupamento sugeriu também que seja feita uma manutenção preventiva do equipamento, pelo técnico da Autarquia, conjugada com a sensibilização dos professores para não efetuarem a instalação de programas que possam danificar do referido equipamento. A Srª Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, informou que já tinha dado indicações nesse sentido. -----

----- **Ponto 4 – Reordenamento da rede escolar.** -----

----- A Srª. Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, iniciou este assunto abordando o feedback positivo relativamente à deslocalização dos alunos das escolas do 1º ciclo de Bunhosa e Arazede para a Escola Básica de Arazede (Faíscas), que decorreu de forma pacífica. Que apenas faltava a instalação de um parque infantil, cujo procedimento estava a ser tratado pela Divisão de Ambiente e Obras Municipais, estando igualmente a colher parecer na DGEstE. Tudo no sentido de as crianças serem acolhidas nos novos espaços o melhor possível. -----

----- O Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, Dr. António Joaquim, não tem quaisquer dúvidas que esta escolha é muito mais benéfica para as crianças, nomeadamente, turmas de um só ano de escolaridade. Pode efetivamente não ser uma situação definitiva, dado que a aprovação das turmas passa sempre pela DGEstE, tendo em conta as políticas educativas que são adotadas; o acesso dos alunos a melhores condições, nomeadamente técnicas e pedagógicas. No caso de Arazede houve uma instabilidade inicial devido à doença de uma docente, a qual levou a algumas transferências para escolas limítrofes. No entanto tudo estabilizou. Foram também abordados os transportes dos alunos. A Srª Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, informou que foram propostos circuitos para o transporte dos alunos pela Câmara Municipal; no entanto o Presidente da Junta de Arazede e representantes dos pais alteraram os mesmos. Reforçou mais uma vez que todas as decisões foram tomadas em conjunto, Câmara Municipal, Agrupamento de Escolas, Pais e Encarregados de Educação e Junta de Freguesia, depois de ouvir todas as partes. -----

----- Tomou a palavra o representante dos docentes do ensino secundário, Dr. Aníbal Carvalho, concordou que foi uma ótima opção, a deslocalização dos alunos para a Escola Básica de Arazede (Faíscas). Os alunos têm acesso a apoios especializados (psicologia, terapias...), à utilização do pavilhão, da biblioteca e outros. Reforçou a necessidade da construção de um abrigo para os alunos. Afirmou que poderia ser um ponto de partida para aplicar a outros estabelecimentos de ensino. Referiu também que a oferta do ATL Jovem deveria ser estendida a outras escolas. O Diretor do Agrupamento de Escolas, Dr. António Joaquim, alertou para o facto que, nas atividades extracurriculares do 1º ciclo na Escola Básica de Arazede, não haver horários compatíveis com as aulas



Educação e Ação Social

• • •

de atividade física dos 2º e 3ºs ciclos, o que levaria a que os alunos não tivessem condições para a realização da atividade física. Solicitou, desta forma, que a Câmara Municipal previsse, no âmbito de protocolos já existentes, a utilização do pavilhão da AFA daquele nível de ensino, no âmbito das atividades extracurriculares. -----

----- Seguidamente, o diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, abordou a questão do acompanhamento das crianças no horário do almoço. Nessa sequência, tomou a palavra a representante do pessoal docente da educação pré-escolar, Educadora Paula Marques, informando que no Jardim de Infância de Pereira, as crianças eram acompanhadas, no horário do almoço, pelas Assistentes Operacionais, o que provocava constrangimentos na componente letiva, ou seja, as educadoras ficavam sozinhas, sem apoio, com as crianças em sala cerca de 1 hora e 30 minutos. -----

----- De seguida, a Srª Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, abordou o assunto das escolas da freguesia das Meãs, ou seja, com a constituição de turmas do 1º e 2º anos na escola do Casal Novo e 3º e 4º anos na escola das Meãs. Apercebeu-se, aquando da distribuição dos computadores pelas escolas que, ao contrário das informações que foram dadas pelo Presidente da Junta das Meãs, os pais seriam a favor da alternativa acima indicada. O representante dos Pais e Encarregados de Educação, Sr. Augusto Silva, corroborou a informação acima dada pela Srª Vereadora. Defendeu novamente a posição de que as turmas uniformes, seriam mais vantajosas a nível pedagógico. -----

----- Assim, a Srª Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, sugeriu a realização de uma reunião, entre Pais, Junta de Freguesia de Meãs e Agrupamento de Escolas para debate desta situação, mostrando-se disponível para intervir, se necessário. O diretor do Agrupamento de Escolas, Dr. António Joaquim, lembrou que não poderia haver compromisso com turmas de um só ano de escolaridade, pois teriam de ser sempre homologadas pela tutela. Considerou que os pais dos alunos que saíssem do jardim de infância das Meãs também deveriam ser chamados para a reunião, dado que eram cerca de 22 alunos a ingressar no 1º ano. -----

----- Posteriormente, a Srª Vereadora da Educação, Drª Paula Rama, abordou também a ida dos alunos da EB1 da Carapinha para a EB23 ciclos Dr. José dos Santos Bessa. Tomou a palavra o Dr. António Joaquim, Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor, no próximo ano letivo, o 1º ciclo da Carapinha iria perder uma turma, ficando apenas com quatro. Como já estão duas turmas na EB23 ciclos Dr. José dos Santos Bessa, a deslocalização seria de apenas mais duas turmas. Para o efeito, seriam necessárias pequenas obras no bloco A e adaptação de mais duas salas àquele nível de ensino. O representante dos pais e encarregados de educação, Sr. Augusto Silva, questionou a



Educação e Ação Social

• • •

situação do amianto nessa escola. O diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor, Dr. António Joaquim, respondeu que a responsabilidade seria da tutela; mas que, no entanto, poderia ser uma parceria a constituir com a DGEstE, tendo como base a deslocalização dos alunos e a necessidade de algumas obras para o efeito. Que a deslocalização dos alunos e a retirada do amianto poderá ser o ponto de partida para negociação com a DGEstE. -----

----- **Ponto 5 – Outros Assuntos.** -----

----- A Sr^a Vereadora da Educação, Dr^a Paula Rama, abriu este ponto colocando o mesmo à consideração dos Srs. Conselheiros. -----

----- Assim, tomou a palavra o representante dos Estabelecimentos de Ensino Privado, Dr. Luís Cantante, apontando a necessidade da criação de um serviço de apoio municipal de apoio às escolas, no âmbito da orientação vocacional. Afirmou que se verificava a perda de alunos do 9º para o 10º ano e que era necessário perceber quais as suas expectativas. Com programa Portugal 2020 existem verbas que poderão ser aplicadas nesse sentido. -----

----- Seguidamente, a Dr^a Lígia Silva, representante do pessoal docente do ensino básico referiu que a saída de alunos para fora do concelho se deve à rede de transportes existentes. Nessa sequência, a Sr^a Vereadora da Educação, Dr^a Paula Rama, alegou não ser verdade, todos os alunos da freguesia da Carapinheira foram para Coimbra e não vieram para Montemor. Que o problema poderia ser outro que não esse, talvez falta de oferta de áreas e a falta de disciplinas específicas. Deu ainda conhecimento do estudo que os serviços efetuaram relativamente aos preços que são praticados pelas transportadoras, tendo sido concluído que é tudo feito nos termos da Lei. -----

----- O representante dos Estabelecimentos de Ensino Privado, Dr. Luís Cantante, abordou ainda a questão dos horários e vigências das carreiras públicas. Acabavam as aulas, acabavam os transportes e no caso dos alunos das escolas pelas quais era responsável, que as aulas se prolongavam para além do calendário escolar normal. Indagadas as empresas, as mesmas alegaram que a alteração de rotas e horários dependia de autorização do IMT, pelo que conviria reunir com as transportadoras para aferir destas situações. Solicitou ainda ao Agrupamento de Escolas de Montemor a marcação de uma reunião no sentido de preparar a rede para o próximo ano letivo 2017/2018. -----

----- Questionada pelos Conselheiros, a Sr^a Vereadora da Educação, Dr^a Paula Rama, informou que o projeto do Jardim de Infância de Pereira está a ser efetuado pela Divisão de Ambiente e Obras Municipais, para posteriormente remessa à DGEstE para recolha de parecer. Quanto ao projeto do Jardim de infância de Meãs, encontra-se a colher parecer naquela entidade. -----



Educação e Ação Social

• • •

----- O representante do pessoal docente do ensino secundário, Dr. Aníbal Carvalho, referiu ainda a construção do passeio junto à EBI de Pereira, constituindo este uma mais valia na segurança dos alunos que se deslocam a pé. -----

----- Seguidamente e sob proposta do Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor, Dr. António Joaquim, o Conselho Municipal de Educação manifestou voto de pesar pelo falecimento trágico de duas alunas do 7º ano da Escola EBS de Montemor, Lígia Louro e Inês Rosa. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas dezassete horas e cinco minutos, da qual foi lavrada a presente ata. -----